

8.2.1. Ação de melhoria

PF1 - Reunião entre as Direções da 3 IES para decidir/desenvolver as ações de melhoria propostas pelos coordenadores de Curso. Incrementar maior articulação entre os Serviços Académicos das 3 IES antes do início de cada semestre da mobilidade. Comunicação das listas de mobilidade entre as instituições antes das aulas iniciarem pelos SA. Propor que os dados dos estudantes sejam trabalhados numa única plataforma de fácil exportação dos mesmos

PF2 - Participação das 3 coordenações de curso na organização de um evento científico e incrementar as relações entre docentes das 3 IEs, bem como entre as unidades de investigação e indústria

PF3/PF4 – Lecionar o período da mobilidade (componente prática) mais concentrado permitindo aos estudantes a melhor logística para a assistência a essa componente letiva. Neste sentido, as Direções das Escolas encontrarão soluções adaptadas a cada instituto/região em que está inserido, por forma a serem o agente facilitador/responsável da instalação dos estudantes nesse período concentrado de aulas. Por outro lado, este “módulo prático concentrado” proporcionaria uma interação mais assertiva junto das empresas parceiras, assim como com a escola/docentes que estão associados a esse período, não comprometendo a excelência do ensino ministrado em cada uma das IES. Este método de aprendizagem tem como base os [“Blended Intensive Programmes \(BIP\)”](#), promovidos pela União Europeia

PF5 – Estabelecer protocolos com Universidades no âmbito da formação do 3o ciclo no sentido de ter acesso a programa doutoral em associação.

PF6 - Intensificar a disseminação do curso de forma acessível e apelativa, quer pelos canais habituais de comunicação (escolas, etc.), assim como nas redes sociais. Aproveitar o mediatismo do sector alimentar nos meios de comunicação e nas políticas do país.

PF7 – Potenciar a realização de oficinas pedagógicas no âmbito das ciências exatas e de disciplinas de engenharia congregando docentes, estudantes de 2o ciclo e investigadores. Possibilitando um harmonizar de conhecimentos ao final do 1o ano entre os estudantes das 3 IES.

PF8 – Envolver os estudantes na organização de eventos científicos e culturais e outras atividades extracurriculares.

8.1.1. Pontos fortes

- 1 - Docentes em cada uma das IES têm o perfil adequado, com reconhecida experiência e competência profissional e científica na área de formação fundamental do ciclo estudos.
- 2 - A licenciatura em Engenharia Alimentar promovida pelas 3 IES permite que os diplomados integrem diretamente no mercado de trabalho, estando capacitados para desempenhar um conjunto alargado de funções associado ao sector alimentar, ou prosseguir os seus estudos para o 2o ciclo.
- 3 - As 3 IES dispõem de excelente qualidade dos recursos pedagógicos e laboratoriais adequados a este ciclo de estudos.
- 4 - Metodologia de ensino-PBL (elevada componente de ensino prático e teórico-prático) e que potencia o sucesso dos estudantes no mercado de trabalho
- 5 - Interação entre UC's da licenciatura em Engenharia Alimentar e projetos de investigação financiados a decorrer no Centro de Ciências do Mar e do Ambiente (MARE), no Centro de Investigação e Desenvolvimento em Sistemas Agroalimentares e Sustentabilidade (CISAS), no LAQVREQUIMTE (UP/UNL), Centro de Engenharia Biológica da Universidade do Minho e no Centro de investigação da Montanha - CIMO, permitem o desenvolvimento de atividades de formação e de investigação reconhecida, com publicações com arbitragem científica ou produção científica relevantes.
- 6 - Curso com excelentes ligações a empresas e instituições com unidades de investigação e prestação de serviços, permitindo também a realização de visitas de estudo temáticas e outras atividades extracurriculares.
- 7 - Realização de parcerias com entidades empresariais sectoriais (indústria) das 3 regiões envolvidas no ciclo de estudos, permitindo trabalho em rede.
- 8 - Existência de grupo de docentes a tempo parcial com atividade empresarial que trazem aos estudantes a componente e linguagem do setor agroalimentar
- 9 - Elevada taxa de sucesso no 2o e 3o anos no regime da mobilidade.
- 10 - Resultados nos inquéritos de satisfação com excelentes classificações sobre o curso, docentes e UC's

8.1.2. Pontos fracos

- 1 - Dificuldades na gestão/articulação de alguns procedimentos logísticos, em particular a nível dos SA, entre as 3 IES, dado que possuem procedimentos/protocolos diferentes para o mesmo fim, resultando assim excesso de tarefas burocráticas e responsabilidades extra para o Coordenador de curso de cada IES.
- 2 - Cooperação interinstitucional entre as 3 IES é reduzida.
- 3 - A mobilidade obrigatória dos estudantes durante o período escolar, tal como está regulamentada, tem uma gestão complexa resultando, por vezes, numa condicionante (deslocação/alojamento) para os mesmos.
- 4 - Dificuldade em incluir estudantes internacionais (ex. Erasmus) e estudantes com estatuto de trabalhador-estudantes na atual mobilidade obrigatória.
- 5 - Oferta formativa pelo sistema universitário na área alimentar dispende de programa doutoral (3o ciclo), sendo assim mais apelativos para os estudantes para prosseguir no desenvolvimento de atividades de investigação.
- 6 - Dificuldade em cativar estudantes para a área Alimentar (baixa procura pela área Alimentar a nível nacional), decorrente de uma débil comunicação para a sociedade civil.
- 7 - Dificuldade em operacionalizar estratégias sustentáveis de apoio pedagógico aos estudantes do 1o ano. Em particular nas UC's que envolvem o cálculo, como sendo matemática, física, álgebra, entre outras disciplinas de Engenharia.
- 8 - Os alunos estão pouco tempo nas 3 IES, criando poucos laços com o ambiente e academia.

8.1.3. Oportunidades

- 1 - Exploração das mais-valias e da complementaridade entre as 3 IES.
- 2 - Complementaridade da oferta formativa existente nas instituições, o que possibilita a continuidade de estudos ao nível do 2o ciclo e a inserção dos estudantes em empresas com forte atividade industrial no sector alimentar, nas regiões em que as 3 IES se inserem. Existindo assim o relançamento económico das regiões. As regiões, de carácter agroalimentar e turístico, necessitam de profissionais com este perfil, para ajudarem a organizar a produção e a valorizar os seus produtos.
- 3 - Parceria com a Ordem dos Engenheiros, no futuro “Colégio de Engenharia Alimentar da Ordem dos Engenheiros” e conseqüentemente na definição dos Atos Próprios do Engenheiro Alimentar, levando a uma valorização profissional e maior necessidade de profissionais formandos na fileira alimentar.
- 4 – Elevada taxa de empregabilidade (estável) e procura de diplomados pela indústria
- 5 – Crescente importância da segurança alimentar, com maior necessidade de profissionais com este perfil
- 6 - Possibilidade de realização de estágio curricular constitui uma mais-valia na integração rápida dos diplomados no mercado de trabalho, onde o estágio foi desenvolvido.

8.1.4. Constrangimentos

- 1 - Baixa atratividade para os candidatos à licenciatura lecionada nas 3 IES.
- 2 - Débil rede de transporte e das limitações/dificuldades em arranjar alojamento.
- 3 - A realidade socioeconómica do país, com acréscimo elevado de despesas e custo de vida, dificulta o prosseguimento de estudos no Ensino Superior.
- 4 - Reduzida abordagem das ciências e tecnologias alimentares ao nível do ensino secundário
- 5 - As 3 regiões onde as IES estão inseridas têm registado um decréscimo na sua população, apresentando uma baixa taxa de natalidade, o que tem vindo a diminuir o número de candidatos a ingressar neste CE.
- 6 - Cortes orçamentais dificultam a aquisição de equipamentos e a manutenção dos atualmente existentes.
- 7 - Indefinição governamental quanto ao futuro dos politécnicos e suas carreiras.